



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

- 1) Exm.º Senhor Presidente do SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
- 2) Exm.ª Senhora Ministra da Justiça.
- 3) Exm.º Senhor Vice-Procurador Geral em representação da Exm.ª Procuradora-Geral da República.
- 4) Exm.º Senhor Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura.
- 5) Exm.º Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários.
- 6) Exm.ª Senhora Vice-Presidente do Tribunal da Relação.
- 7) Exm.º Senhor Juiz Desembargador António Pedro Figueira Ferreira de Almeida, na qualidade de Juiz Desembargador mais antigo deste Tribunal.
- 8) Exm.ª Senhora Procuradora-Geral Distrital de Lisboa.
- 9) Exm.ºs Senhores Presidentes do Conselho Regional e do Conselho de Deontologia de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- 10) Exm.ªs Senhoras Juízas Desembargadoras e Senhores Juízes Desembargadores, Senhoras Procuradoras-Gerais-Adjuntas e Senhores Procuradores-Gerais-Adjuntos, Senhores Juízes Militares, Senhores Advogados e Senhoras Advogadas, Senhoras Funcionárias e Senhores Funcionários deste Tribunal.
- 11) Excelências.
- 12) Caros convidados, minhas senhoras e meus senhores.

Agradeço a vossa presença, que é sempre um estímulo muito importante para o nosso trabalho e para nós próprios.

Não prometo ser breve nem dizer coisas novas pedindo, desde já, a vossa indulgente compreensão para falta tão grave, em que só incorro por ser minha convicção que a mesma poderá



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

contribuir para a reflexão que se impõe sobre a justiça portuguesa.

A função dos Tribunais é, constitucionalmente, a de administração da justiça.

Mas a justiça, ela mesma, vai muito para além da ação dos Tribunais.

- Haverá alguma justiça numa sociedade que todos os dias aumenta o número de pobres e em que os ricos são contemplados com volumosos subsídios, escondidos sob os mais variados pretextos, de investimento, de criação de emprego, de interioridade, de estímulo da economia?!

- Haverá também justiça quando os pobres são expulsos do centro das nossas cidades e os ricos convidados a instalarem aí os seus interesses?!

- Haverá ainda justiça quando os pobres pagam impostos e os ricos são resguardados com erros informáticos, sempre operacionais para os primeiros?!



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Por simples reposição da nossa memória pública muito haveria a dizer sobre esta visão da justiça como **justiça social**, mas não é esta que hoje nos deve ocupar.

A referência que acabamos de fazer propõe-se apenas demonstrar que as questões da justiça não são apenas as dos tribunais ou, até, nem serão, essencialmente, as questões dos tribunais.

Os problemas da justiça que mais diretamente se podem imputar aos tribunais têm a ver com a **celeridade** processual ou melhor, com a falta dela.

A cultura da perfeição e do eruditismo têm levado a que os tribunais, muitas vezes, se enredem e se deixem enlear em exercícios de erudição, citando-se uns aos outros, quando não a si próprios, sem que tal lhes tenha sido pedido.

Demasiadas vezes, os juízes, em vez de decidirem, se perdem em lucubrações de natureza académica em termos que nem os académicos já usam.

Dúvidas não haverá que a falta de celeridade é um dos calcanhares de Aquiles da ação dos nossos tribunais.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Nos antípodas deste mal, de natureza individualista, a justiça dos tribunais sofre também de um outro, este geral ao país, de **disseminação** do poder, que dificulta quer a imputação de responsabilidades, quer a sua correção em cada situação concreta.

Nos tribunais, como no país, a culpa será sempre dos outros.

A ineficácia da justiça penal deveria incomodar-nos.

Os Juízes portugueses não são responsáveis pelas opções de política criminal que têm sido tomadas e tão fracos resultados apresentam em áreas nevrálgicas da nossa organização sócio económica.

Os Juízes portugueses não são os responsáveis pelos mastodontes dos chamados mega processos, que se eternizam na comunicação social, muito antes do julgamento.

Não podendo os tribunais deixar de julgar os casos que lhes são presentes, e só esses, atentas as suas tradicionais dificuldades de comunicação, não é fácil evitar que, demasiadas vezes, apareçam ou sejam dados a ver aos olhos



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

dos portugueses como os culpados das injustiças que os atingem.

*

Os Juízes portugueses acedem ao exercício das suas funções por competência técnica, por concurso público de indubitável grau de dificuldade e escrutínio público e põem no exercício das suas funções o melhor de si próprios.

Neste preciso momento estão ainda a ser contemplados com os processos/conflitos da crise, que também os atingiu, e já vislumbram os conflitos da prosperidade, da economia não registada e da sedução da informalidade/desregulação.

A primeira (crise) nunca os esquece e a segunda (prosperidade) nunca se lembra deles.

As dificuldades são de todos conhecidas mas, de entre elas, destacaria hoje uma que sobreleva todas as outras, que é a **ausência de responsabilização** dos cidadãos e pessoas coletivas que deixam arrastar os seus conflitos para os tribunais, mesmo sabendo que neles não têm razão, a que



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

acresce a reconhecida ineficácia da desjudicialização do processo executivo.

Muitas são as empresas que não dispensam ao poder democraticamente eleito o respeito que lhe é devido no exercício das suas funções públicas, pior fazendo aos cidadãos no âmbito das suas relações contratuais.

É minha convicção que a criação de mecanismos processuais, combinando (1) a incrementação de uma fase pré-judicial conciliatória com (2) o sancionamento da litigância temerária e com (3) a eficácia da execução das sentenças dos tribunais, muito contribuiria para a redução da litigância judicial, para o ajustamento do quadro de juízes às reais necessidades e para a eficácia da justiça.

Em quaisquer circunstâncias, com a alteração ou a manutenção do paradigma atual no que respeita à maior ou menor responsabilização dos cidadãos e empresas que recorrem aos tribunais, aqui estaremos neste Tribunal da Relação de Lisboa para assumirmos as nossas responsabilidades na realização da justiça.

E hoje a causa da justiça saiu a ganhar.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Após este ato de tomada de posse o Tribunal da Relação de Lisboa contará com 129 Juízes/as Desembargadores/as para a prossecução das suas atribuições.

Não será este o número adequado de Juízes porque é inferior ao limite mínimo do seu quadro, mas é com ele que nos propomos dar aos portugueses o melhor de nós próprios na realização da justiça que lhes é devida.

Os tribunais portugueses têm uma matriz de **colegialidade**.

As suas decisões não são decisões de um qualquer juiz, herói ou visionário, mas de um conjunto de juízes analisando a mesma matéria, que consideram nessa análise o contributo de outros profissionais da justiça, como os Advogados e o Ministério Público.

Essa colegialidade, tradicionalmente associada ao **Tribunal Coletivo**, formado por 3 juízes, foi objeto de alterações, que consistiram na substituição de 3 juízes por apenas 1, na esfera cível dos tribunais de 1.^a instância, e na substituição de 3 Juízes Desembargadores e Presidente da secção criminal por 2 Juízes Desembargadores e Presidente da secção criminal, se



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

houver desacordo entre os 2 primeiros, na esfera penal dos tribunais da relação.

A maioria dos Juízes/as Desembargadores/as hoje investidos/as nas suas funções, nas secções Cíveis deste Tribunal da Relação, trabalhavam em tribunal singular na 1.^a instância e vão agora trabalhar em tribunal coletivo, formado por 3 Juízes Desembargadores, sendo um (1) o Relator e dois (2) os Adjuntos.

Esta é uma dificuldade nova, uma vez que os/as jovens Desembargadores/as se apresentavam neste Tribunal da Relação já com uma larga experiência de decisões colegiais, o que agora não acontecerá.

Esta nova realidade constituirá um desafio para os próprios/as e exigirá de todos nós uma atenção acrescida no suprimento desta deficiência sistémica, em ordem a que a colegialidade das nossas decisões não seja diminuída.

*

Por uma feliz coincidência, que há muito se não verificava, são investidos/as neste mesmo ato Juízes/as de Direito, a quem



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

caberá a árdua tarefa de manter o equilíbrio dos prazos de decisão da justiça, exercendo as suas funções nos Tribunais de 1.^a Instância que lhes vierem a ser destinados.

Que o encontro neste ato solene e nas vetustas instalações do Tribunal da Relação de Lisboa seja para todos nós fonte de inspiração para a reinvenção de formas de trabalho que permitam a transmissão de conhecimento entre gerações de juízes/as e que contribuam também para o retomar da uniformidade processual posta em causa com as diferentes velocidades a que a “desmaterialização” do processo tem sido implementada nos tribunais de 1.^a instância e nos tribunais superiores.

Para terminar, unidos pelo ideal e pela norma constitucional de *administração da justiça em nome do povo*,

Aos Exm.ºs Juízes Desembargadores, às Exm.ªs Juízas Desembargadoras, aos Exm.ºs Juízes e às Exm.ªs Juízas de Direito, que hoje tomaram posse desejo as maiores felicidades no exercício das suas nobres funções e peço-lhes que contem com o nosso apoio, pessoal e institucional, em tudo o que possa contribuir para esse exercício e para amenizar as



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

dificuldades que sabemos irão encontrar mas que, estamos certos, saberão ultrapassar.

Muito Obrigado.